

Laboratório tecnopolítico do Comum: protótipos, reticulação e potência da situação¹

Henrique Zoqui Martins Parra
Professor, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, Brasil
E-mail: henrique@pimentalab.net

Resumo: O artigo apresenta a proposta de um dispositivo de investigação denominado Laboratório Tecnopolítico do Comum. Inspirados em conceitos de Simondon e outros autores, propomos um modo de conhecer que se realiza mediante a construção de arranjos sociotécnicos alternativos em torno de problemas situados de comunidades de afetados. Uma mesopolítica atravessada pela produção do Comum em três deslocamentos: da política discursiva para a política do protótipo (ou pragmática dos artefatos recursivos); dos problemas da escalabilidade aos problemas de transdução e reticulação; dos problemas do pensamento estratégico (saber-poder governar) aos problemas da potência da situação (saber-fazer habitar).

Palavras-chave: protótipo, mesopolítica, laboratório, reticulação, comum, transindividual.

Technopolitical Laboratory of the Common: prototypes, cross-linking and power of the situation

Abstract: The article presents a proposal for a research dispositif called Technopolitical Common Laboratory. Inspired by concepts of Simondon and other authors, we propose a mode of knowing that is experienced through the creation of alternative sociotechnical arrangements around situated problems of affected communities. A mesopolitic crossed by the production of the Common in three displacements: from the discursive politics to the prototype politics (or the pragmatics of recursive artifacts); from the problems of scalability to the problems of transduction and reticulation; from the problems of strategic thinking (knowledge-power to govern) to the problems of the potentiality of the situation (knowledge-doing to inhabit).

Key-words: prototype, mesopolitic, laboratory, reticulation, Common, transindividual.

Introdução

Uma das questões que têm nos ocupado é *pensar sobre as condições de emergência de novas individuações coletivas no âmbito do ativismo político no contexto de crescente mediação técnica da vida social*. E falo em emergência num duplo sentido, tanto porque estou interessado nos processos instituintes, mas também pela urgência de tais criações no cenário de catástrofe que habitamos.

Simondon (junto a outros autores) ajuda a instalar um movimento nas ciências sociais em direção a uma sociologia do devir e uma sociologia das relações tecnicamente mediadas. Ele contribui para que estejamos mais sensíveis à dinâmica instituinte do social e psicossocial - ao invés do instituído - e também a perceber os efeitos das composições do humano com o mundo técnico. Ler Simondon é ser afetado pela sensação de ativação de novas individuações. O roteiro desse texto foi pensado para ser cozinhado. E como toda receita, o mais difícil é saber a boa medida das misturas e composições, a arte do *pharmakon* – a diferença entre remédio e veneno – de Isabelle Stengers (2015).

Recebido em 13 de janeiro de 2019. Aceito em 17 de junho de 2019.



Ingredientes teóricos: de Simondon utilizei os conceitos de *reticulação, transdução, individuação e presença*. Aqui, sou devedor de um excelente texto de Pedro Peixoto Ferreira (2017) sobre a reticulação em Simondon e Latour. Também vou adicionar algumas ideias de Isabelle Stengers: *mesopolítica, ecologia das práticas, potência do agir* (2005; 2015). De Marina Garcés (2013) utilizo a noção de *potência da situação*. Do Antonio Lafuente (2013; 2017) utilizo as noções de *laboratório cidadão* e de *protótipo*. Do Amador Fernandez-Savater (2016) utilizo a comparação entre o paradigma de governo e o paradigma do habitar. Os autores são muitos neste cozido, mas qualquer intoxicação resultante dessa combinação é de minha responsabilidade.

Ingredientes materiais e práticos: parto de alguns problemas concretos para os quais a leitura de Simondon contribui para imaginarmos saídas alternativas. Para cada ordem de problemas, experimentamos rotas diferentes:

1. Dos problemas da *dominância tecnopolítica*: da política discursiva/pedagógica para a política do protótipo, ou *pragmática dos artefatos recursivos*.
2. Dos problemas da *escalabilidade* aos problemas de *transdução e reticulação*.
3. Dos problemas do *pensamento estratégico* (saber-poder governar) aos problemas da *potência da situação* (saber-fazer habitar).

Gosto de pensar este ensaio como o protótipo de um *programa de pesquisa-luta*, um artefato aberto de um laboratório tecnopolítico do comum em processo de individuação.

Cozinhas e infraestruturas: os laboratórios tecnopolíticos do comum são experimentos de criação de novos arranjos sociotécnicos; voltados à resolução local de um problema comum que dá forma a uma comunidade de afetados. Eles operam a disparação de novas individuações coletivas; são arranjos abertos e recursivos, capazes de uma escuta cuidadosa à potência da situação.

Pensando e “cozinhando” de forma situada: Diante da atual crise política, movimentos sociais, sindicatos e outras organizações políticas estão enunciando a importância de uma “volta ao território”, ou de uma “volta ao trabalho de base”. O problema é que muitas dessas organizações ficaram habituadas a se relacionar de forma colonial com o que ficou de fora: “como formá-los?”, “como mobilizá-los para a luta?”, “como organizá-los?” etc. Tornaram-se incapazes de perceber a potência da situação junto a novas individuações que já estão acontecendo. Em termos diagramáticos pode-se perguntar: como criar novas composições entre linhas de organização estruturadas verticalmente, com outras forças emergentes em planos mais horizontais? Não se trata evidentemente de abandonar as organizações e as formas de luta existentes, mas sim de como inventar novas composições, novas armas, novas táticas e estratégias à altura dos novos problemas.

1. Dominância tecnopolítica: da política discursiva à política do protótipo

Há uma dinâmica de deslizamento nos mecanismos de exercício do poder e nas formas de orientação da ação social, que se deslocam de uma orientação por normas e leis, para uma forma de determinação que podemos denominar “*tecnopolítica*”. Conduzimos nosso cotidiano mediados por técnicas, protocolos, infraestruturas, procedimentos, tecnologias diversas através das quais constituímos modos de existência que, por reticulação, dão forma a longas redes sociotécnicas.



Nossa vida é cada vez mais dependente de grandes arranjos tecnológicos cuja possibilidade de governo nos escapa (produção de energia, abastecimento de água, sistemas de saúde, finanças, produção científica e tecnológica, etc.). São grandes máquinas que atravessam os mínimos detalhes do cotidiano e que se conectam com dinâmicas transnacionais. Como democratizar aquilo que se apresenta como infraestrutura da nossa existência? Como nos relacionamos com essas realidades técnicas? Como promover as formas de vida e cuidado que desejamos propagar?

Diante do problema tecnopolítico nos inspiramos nos coletivos tecnoativistas e nas experiências dos laboratórios cidadãos que realizam a passagem de uma cultura do protesto para uma *cultura do protótipo*: dos discursos ideológicos para a “*pragmática dos artefatos recursivos*” (expressão de Antonio Lafuente); das práticas da pedagogia política (formação e conscientização) que reproduzem as assimetrias cognitivas entre os atores, para as práticas baseadas na simetria dos saberes.

Com Simondon aprendemos a levar a sério a técnica e os modos de associação entre humanos e não-humanos:

A tecnicidade faz parte do mundo, ela não é somente um conjunto de meios, mas um conjunto de condicionamentos da ação e de incitações à ação; por estarem permanentemente à disposição do indivíduo, a ferramenta ou o instrumento não têm poder normativo; o poder normativo das redes técnicas aumenta junto com a ressonância interna da atividade humana nas realidades técnicas (Simondon *apud* Ferreira, 2017, p.121).

Acredita-se demasiadamente no poder discursivo e na capacidade da mobilização ideológica. Mas o poder é sobretudo logístico, é maquínico, funcional, pragmático. Em nossas vidas o poder se inscreve e se realiza mediante dispositivos materiais-simbólicos, humanos e não-humanos. Nossas ações realizaram-se com técnicas e artefatos. Cotidianamente nos confrontamos com práticas, procedimentos e tecnologias que se instalam em nossa vida como dispositivos que se apresentam como neutros (“pós-ideológicos”). Todavia, há evidentemente princípios e valores que participam das relações tecnicamente mediadas. A capacidade de captura e adesão a um dispositivo depende de sua eficácia prática e de sua capacidade de tornar-se desejável, uma arte de composição junto às disposições emergentes num campo de possíveis.

Por isso, interessa-nos essas experiências que transbordam da ação exclusivamente reivindicativa para a construção de protótipos e novos arranjos sociotécnicos. Isso não é novidade! Muitos coletivos e comunidades sempre fizeram isso e só continuam existindo como coletivos porque são capazes de reinventar continuamente as infraestruturas que dão suporte a seus modos de existência.

Prototipar, neste sentido, é uma dupla experimentação: um modo de conhecer e um modo de intervir politicamente no mundo.

Como forma de conhecer, significa levar a sério o fato de que todo processo de produção de conhecimento é também um ato de intervenção no mundo. Por isso, deve incorporar na sua análise os efeitos e as consequências do que ela está produzindo. Dessa forma, uma *política do cuidado* acompanha o processo de investigação e prototipagem. A noção de experiência ganha força: conheço algo que me acontece; sou partícipe e implicado com este processo de conhecer².

Prototipar, no sentido político aqui atribuído, significa a decisão de substituir a adesão a um projeto abstrato de sociedade futura pela decisão de experimentar construir no aqui-agora, sempre parcialmente, uma diferença que se deseja. Ou seja, trata-se de uma ação que reconhece as forças em jogo e objetiva criar algo: disparação de novas individuações.



2. Dos problemas de escalabilidade aos problemas de reticulação

O debate sobre as teorias da mudança social é atravessado por uma frequente dicotomia entre a micropolítica e a macropolítica. Seja no campo das políticas públicas ou no ativismo político há uma preocupação em tornar durável no tempo, em fazer crescer aquelas práticas que são consideradas portadoras dos modos de existência que se quer promover. Ao fazer a caracterização dos elementos e da estrutura que compõem esses pólos (micro – macro), a análise do campo de possíveis (das situações emergentes) acaba reduzida à interação entre componentes já individuados (estabilizados, instituídos). Nessa perspectiva, ações que acontecem no nível local são avaliadas e interrogadas sobre a possibilidade de serem transpostas para outras escalas. Tal questão é frequentemente reduzida a um problema de escalabilidade.

Há duas armadilhas nessa forma de pensamento. A primeira delas é que, em se tratando de arranjos sociotécnicos - realidades técnicas humanas - não há transposição possível de escala sem uma radical transformação da relação e dos entes que compõem aquela realidade individuada³. A segunda armadilha é de ordem analítica: ao submeter o nível local aos critérios de eficiência e análise que foram concebidos a partir do nível macropolítico, destrói-se a possibilidade de emergência de novas individuações. Em suma, deixamos de ser capazes de perceber e de acolher a emergência do novo. Como indica Pedro Ferreira, há o “efeito associativo de um encontro, de uma interferência criadora, de duas realidades (o ser humano e o mundo, o indivíduo e seu meio) que, mesmo sendo inicialmente inexistentes enquanto tais uma para a outra, não podem mais, uma vez existindo, serem abstraídas impunemente” (Ferreira, 2017, p.108).

Passar do protesto à experimentação de novos arranjos sociotécnicos significa inventar formas de organização, práticas e tecnologias adequadas ao novo contexto. Os arranjos sociotécnicos informam e produzem efeitos sobre seu entorno de maneira a produzir certas configurações de mundo.

A criação do protocolo TCP/IP da internet, o telefone celular ou a pílula anticoncepcional são exemplos de artefatos técnicos-científicos que participam de arranjos sociotécnicos recursivos e reticulares. Sua forma de adoção e propagação vai gradativamente modificando as relações sociais através do seu uso, e os efeitos de sua adoção nas pontas (sujeito individual ou máquinas) cria mecanismos de reforço sistêmico. Mas também podemos pensar em comunidades territoriais que desenvolvem formas de autogoverno sobre seus recursos e infraestruturas comuns (água, eletricidade ou sua pequena horta). Certas ordens religiosas também são exemplos de tecnologias organizacionais capazes de criar economias de suporte e infraestruturas (materiais e simbólicas) interdependentes. Não à toa, o controle de infraestruturas e serviços básicos pelo crime organizado em espaços da vida social coloca em funcionamento toda uma máquina social, com normas, modos de subjetivação e legitimação próprios. Em todos esses casos o problema de escala é atacado de outra forma, por recursividade e reticulação.

Recursividade: faço uma livre combinação desta propriedade da ciência da computação com a caracterização de Chris Kely (2008) sobre as comunidades de software livre. Uma prática, uma tecnologia, uma organização que atua recursivamente está desenhada para a resolução prática de um problema, cujo modo de ação dá-se mediante a criação de sub-rotinas que atacam frações de um problema maior, e a cada movimento ela volta à sua função original, porém agregando um “aprendizado” que a modifica e a torna mais “eficiente”. Este aumento de eficiência (ou ganho de poder) acontece também porque além de resolver partes do problema (diminuindo a força do seu oponente) ela modifica gradualmente a si e ao seu meio de ação (meio-associado), criando um ecossistema mais favorável à sua execução. No



caso das comunidades investigadas por Kelty a noção de públicos recursivos significa a constituição de uma comunidade de práticas e valores que atua no sentido de infraestruturar e dar maior consistência e duração aos elementos (materiais e simbólicos) necessários para fazer existir uma prática comum, ou seja, aquilo que os caracteriza como praticantes de um mesmo fazer.

As *reticulações* são, para Simondon, “as operações de transformação de uma realidade amorfa, pré-individual, potencial, em realidades estruturadas, individualizadas, concretizadas, i.e., as operações transdutivas pelas quais um novo indivíduo e seu meio emergem (Ferreira, 2017, p.119). Ou ainda:

O ser humano e seu mundo emergem enquanto termos de uma relação cuja gênese é reticular, baseada no “nascimento de uma rede de pontos privilegiados de troca entre o ser e o seu meio”, que “localizam e focalizam a atitude do ser vivo frente a seu meio”, pontos privilegiados para o estabelecimento de uma comunicação amplificadora de um novo mundo (Simondon *apud* Ferreira, 2017, p.114).

Pode-se dizer, então, que a reticulação é um processo de propagação não-linear de uma estruturação emergente criando níveis subsequentes de estruturação de uma realidade. Quando uma prática, uma tecnologia, uma organização se reticula, significa que ela é capaz de tornar mais “durável”, de diferentes formas, o seu programa de ação, criando níveis crescentes de estruturação. Como efeito, ela amplia sua capacidade de determinação sobre um campo de possíveis. Ou seja, a reticulação dá maior consistência e força para um determinado programa de ação.

A força de um processo reticular depende, portanto, de uma espécie de “atenção” à constituição de uma rede entre pontos privilegiados de troca.

É importante destacar que para Simondon as reticulações correspondem à permanência do ser pré-individual numa realidade já individuada, como exigência de novas individuações. Neste sentido, a noção de reticulação em oposição à abordagem “escalar”, permite que pensemos a continuidade dos processos instituintes, as novas individuações coletivas (p.ex. de práticas políticas), as formas de contágio e propagação, levando em conta a metaestabilidade do indivíduo⁴ (uma organização, uma tecnologia, ou um sujeito/actante). Em termos práticos significa reconhecer a permanência de uma abertura para novas individuações e ampliações, em contraposição ao fechamento (programático/identitário) da relação de transmissão escalar entre entidades estáveis e constituídas.

Portanto, no processo de reticulação emerge simultaneamente o indivíduo e seu meio-associado. A propagação de uma determinada configuração não se dá nem pela transposição de um esquema micro/local para escalas maiores, e nem pela aplicação no nível micro/local de um padrão relacional concebido com os pés e cabeça do nível macropolítico. É nesse sentido que podemos dizer que a reticulação oferece uma alternativa ao problema de escalabilidade. A reticulação é uma resolução que se produz e é inseparável de uma “ambiência”.

A reticulação dá-se “pelo meio” (*par le milieu*), diria Stengers. É toda uma outra topografia, uma *mesopolítica* que corresponde a uma *ecologia das práticas* com suas *tecnologias sociais de pertencimento*. Não se parte de uma visão geral ou de uma teoria geral, elas fazem de cada caso (problema/situação) só um outro caso:

O problema de cada prática é como ampliar sua própria força, fazer presente o que provoca os praticantes a pensar, sentir e agir. É um problema que pode produzir um tipo de agrupamento experimental entre práticas, uma dinâmica de aprendizado pragmático sobre o que funciona e como funciona. Um tipo de estímulo/suporte (*fostering*) ativo “do meio” que os praticantes necessitam para serem capazes de responder aos desafios e experimentar mudanças, ou seja, desdobrar sua própria força (Stengers, 2005, p.195 – *tradução nossa*).



3. Potencia da situação: do saber-poder governar ao saber-fazer habitar

Fazer crescer sua própria força, propagar-se através de crescente estruturação, reticulação, crescer pelo meio, exige um saber das composições, um modo de conhecer que não é orientado pela lógica de governo: lógica da condução das populações, produzido sempre a partir da assimetria entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem. A *mesopolítica* implica em *fazer comum entre-todos*. Ser capaz de compor e constituir pontos-privilegiados-de-troca, reticulação. Os laboratórios cidadãos descritos por Antonio Lafuente são um bom exemplo desses experimentos mesopolíticos. O laboratório cidadão:

É um lugar capaz de acolher um coletivo heterogêneo de atores que almejam dar forma a um entorno social. [...] Aqueles que a integram se autoconfiguram como uma comunidade de aprendizagem aberta a toda variedade de atores e a toda pluralidade de pontos de vista. De forma que sua primeira tarefa é encontrar uma linguagem comum. [...] Um laboratório cidadão é um espaço para a política experimental, pois sendo hospitaleiro com as minorias e tratando-as como sensores de aviso antecipado de problemas porvir, estaríamos encontrando respostas situadas e inclusivas para assuntos todavia incipientes e talvez mais frequentes, gerais ou agudos no futuro. [...] É cidadão porque confia na inteligência coletiva e outorga maior dignidade cognitiva ao experiencial, o que é o mesmo que dizer que um laboratório cidadão nunca dividirá o mundo entre os que sabem e os que não sabem (Lafuente, 2017).

Nesse fazer “laboratório”, que possui homologias com a noção de “ecologia das práticas” de Stengers, temos a ênfase no conhecimento da potência da situação. Trata-se aqui de cultivar uma *política da atenção*.

Nessas experiências procura-se experimentar modelos concretos que “funcionem”. O esforço de prototipar é portador de uma outra sensibilidade política. Atuar no sentido de realizar um protótipo e verificar as condições de sua viabilidade exige uma prática a favor do mundo, que acontece com este mundo. Não basta a crítica, é preciso acreditar no mundo e experimentar a criação, *transduzir*: disparação de novas individualizações a partir da ativação de uma nova tensão entre o pré-individual e o transindividual.

Em termos políticos, arriscaria dizer que isso significa uma *política do comum*, surgida da prática implicada entre-todos na defesa/sustentação de algo que lhes é comum (ou aquilo que os constitui como praticantes de um fazer). Será que, nos termos de Simondon, podemos chamar este “Comum” de “*transindividual*”?

A experimentação de novas composições sociotécnicas participa da ativação da *potência da situação*, quando inventam formas de dar sustentação a outros modos materiais de existência. Nos termos de Simondon, *presença e prática transdutiva*:

A transdução define a presença como operação que se irradia, que se propaga, ação que transforma o futuro em passado [...] Os pontos privilegiados de uma reticulação são, assim, encontros entre certas potências difusas em um meio e certas singularidades locais que canalizam e focalizam essas potências (Ferreira, 2017, p.119).

Estamos diante de um modo muito particular de conhecer, em que a potência da situação articula-se a uma política da atenção, uma certa ética do agir. Nos termos de Ferreira “a presença de uma ação corresponde ao grau em que ela consegue agir nos pontos em que o mundo melhor lhe corresponde, ressoa, amplifica” (Ferreira, 2017, p.119). Ou ainda:

Tal realização resulta, para Simondon (2008, p.237-238), *de um pensamento de tipo intuitivo*, i.e., um pensamento que estabelece uma “*relação ao mesmo tempo teórica e prática com o real*”, que “*o apreende no momento em que ele devém*”. [...] É praticamente, pelo envolvimento concreto em redes técnicas específicas, que se pode desenvolver essa intuição estético-filosófica da “*inserção de esquemas técnicos num universo, nos pontos-chave desse universo*” (Simondon, 2008, p. 186), na medida em que essa inserção “*coloca o homem em presença, e no interior, de uma série de ações e de processos que ele não dirige sozinho, mas dos quais participa*” (p. 228). (FERREIRA, 2015, p.122).



Logo, há todo um problema da *agência* que aí se coloca para os cientistas sociais. Para pensar o modo de existência dos sujeitos que se constituem nessa prática e nesse modo de conhecer, fazemos uma aproximação da noção de *potência da situação* da filósofa catalã Marina Garcés:

Potência da situação, como uma conjunção concreta de corpos, sentidos, alianças, modos de fazer, rotinas, interrupções, etc, que desenham um determinado relevo, e não outro. A potência da situação não é um mapa de possibilidades e tampouco uma potência em si, ilimitadamente aberta [...] A potência da situação se levanta como uma exigência que nos faz pensar, que nos coloca em uma situação que necessita ser pensada. *Pensar não é somente elaborar teorias. Pensar é respirar, viver vivendo, ser sendo.* [...] Mas para isso há que deixar de contemplar o mundo para reaprender e vê-lo (Garcés, 2013, p.12 – tradução nossa).

O *ser* para Garcés, assim como o indivíduo em Simondon, é pensado como inacabamento. O ser não é uma dimensão estável ou transcendente que espera ser contemplada ou que contempla um mundo do qual ele estaria separado. Há uma co-implicação entre os seres e o mundo, há uma relação de continuidade:

Desde um sujeito que é um corpo, ou seja, não é uma consciência separada senão um nó de significações vivas entrelaçadas a certo mundo, não se trata de explicar meu acesso ao outro, senão nossa co-implicação em um mundo comum. Não se trata, portanto, de explicar a relação entre indivíduos, senão a impossibilidade de ser “somente” um indivíduo. Esta é a condição para poder descobrir-se em situação, ou seja, para reaprender a ver o mundo não mais desde uma mirada frontal e focalizada do indivíduo, mas desde uma excentricidade inapropriável, anônima, da vida compartilhada (Garcés, 2013, p.12 – tradução nossa).

Este artigo esboça a proposta de um laboratório tecnopolítico do Comum, um arranjo sociotécnico aberto em processo de individuação. Queremos seguir acompanhando experiências e praticando esse modo de conhecer atento à potência da situação. Desejamos construir coisas, fabricar relações, inventar tecnologias sociais de pertencimento, promover experimentos situados com problemas comuns. Apostamos na mesopolítica. Como fazer alianças inesperadas? Como fazer funcionar um contra-dispositivo? Como ampliar a nossa força? Um conhecer-agir por transdução, reticulação, disparação de novas individuações coletivas, transindividual. Será que podemos pensar esse laboratório como um transdutor simondoniano?

Gostaria de concluir esse texto (escrito uma semana após o segundo turno das eleições para a presidência no Brasil em 2018) com uma longa citação da parte final do livro *No tempo das catástrofes*, de Isabelle Stengers. Sinto que ela sintetiza de maneira precisa algo de um possível “método”, uma forma ética-política de conhecer que nos interessa praticar nesse laboratório:

Precisamos, terrivelmente, experimentar esses dispositivos, aprender o que eles requerem, relatar seus êxitos, fracassos e derivas. E essa cultura do dispositivo só pode ser construída em tempo e com questões reais, não em “lugares experimentais” protegidos. [...] Precisamos das histórias que contam como situações podem ser transformadas quando aqueles que as sofrem conseguem pensá-las juntos. Não histórias morais, mas histórias “técnicas” a propósito desse tipo de êxito... E precisamos que essas histórias afirmem sua pluralidade, pois não se trata de construir um modelo, e sim uma experiência prática. [...] A luta política aqui, porém, não passa por operações de representação, e sim, antes, por produção de repercussões, pela constituição de “caixas de ressonância” tais que o que ocorre com alguns leve os outros a pensar e agir. [...] E precisamos, principalmente, do que essas testemunhas e histórias técnicas podem transmitir: a experiência que assina a produção de uma conexão bem-sucedida entre a política e a produção experimental, sempre experimental, de uma capacidade nova de agir e de pensar. [...] Tal experiência é o que, no rastro de Espinosa e de muitos outros, eu chamarei de alegria. A alegria, escreveu Espinosa, é o que traduz um aumento da potência de agir... e ela tem algo a ver com um saber, mas um saber que não é de ordem teórica, mas o próprio modo de existência daquele que se torna capaz de sentir alegria. [...] E a alegria, tem uma potência epidêmica. [...] A alegria é transmitida não de alguém que sabe a alguém que é ignorante, mas de um modo em si mesmo produtor de igualdade, alegria de pensar e de imaginar juntos, com os outros, graças aos outros (Stengers, 2015, p.152).



NOTAS

1. Texto apresentado durante o COLÓQUIO INTERNACIONAL GILBERT SIMONDON: OS SENTIDOS DA INDIVIDUAÇÃO, realizado no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, de 05 a 07 de dezembro de 2018 (nota do editor).

2. Ao prototipar colocamos em movimento o problema que está sob investigação. Ao fazer isso, criam-se novos problemas pelos quais somos responsáveis. Isso é interessante porque a dimensão ética de qualquer pesquisa torna-se ainda mais visível e urgente, obrigando os pesquisadores a serem mais humildes, cautelosos e lentos. Mas a noção de protótipo também pode indicar uma outra topografia entre diferentes atores envolvidos num processo de investigação. O protótipo, nos casos que acompanhamos, baseia-se em princípios de abertura e colaboração. Isso significa que distintos saberes (indivíduos/grupos) podem ser incorporados na produção e apropriação do protótipo. Produtores, pesquisadores, usuários, leigos e *experts* participam de formas distintas da trajetória do protótipo. A depender das condições de participação dos distintos públicos o protótipo terá características muito diferentes. Promover as condições de sua contínua apropriação e modificações implica, portanto, num outro regime de propriedade sobre o conhecimento produzido e sobre o processo: deve-se tratá-lo como um comum (*commons*). Por fim, essa abertura implica no reconhecimento do caráter sempre inacabado e transitório de todo processo de investigação e aprendizado.

3. Essa armadilha da escalabilidade (passagem do micro ao macro) fica evidente neste comentário de Pedro Peixoto Ferreira (2017), sobre a maneira como Latour descreve a estabilização das associações nos pontos-obrigatórios-de-passageira (p.ex. as caixas-pretas). Ferreira indica a contribuição singular de Simondon a este problema: “a maneira como a estabilização de associações de diferentes agências na composição de uma nova agência muda de natureza, dependendo dos tipos de agências mobilizadas e produzidas; [...] e a maneira como esse mesmo processo de estabilização de novas associações corresponde a uma espécie de desestabilização das agências já associadas anteriormente, i.e., à sua colocação em equilíbrio metaestável, sensível à informação” (Ferreira, 2017, p.111). Em outras palavras, nesse deslocamento nada fica como estava. Alternativamente, as noções de reticulação e transdução de Simondon oferecem um outro caminho para este problema (veremos isso neste tópico).

4. Conforme descreve Pedro Ferreira: “o indivíduo não é, em Simondon (2005, p. 62-63), ‘termo’ da relação ou ‘ser em relação’, mas ‘atividade da relação’ ou ‘ser da relação’, resolução local de uma carga pré-individual. A permanência, no indivíduo, dessa “carga” de potenciais pré-individuais, o mantém em um estado metaestável, sempre disponível para novas individualizações, transduções amplificadoras, reticulações” (Ferreira, 2017, p.116).

REFERÊNCIAS

FERNANDEZ-SAVATER, A. *Del paradigma del gobierno al paradigma del habitar: por un cambio de cultura política*, 2016. Disponível em: https://www.eldiario.es/interferencias/paradigma-gobierno-habitar_6_491060895.html.

FERREIRA, P. *Reticulações: ação-rede em Latour e Simondon*. Revista EcoPos, v. 20, n. 1 (2017): https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/10406/7900.

GARCÉS, M. *Un mundo común*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2013.

KELTY, C. *Two Bits: The Cultural Significance of Software*, Nova York: Duke University Press, 2008.

LAFUENTE, A. *Sentidos de um laboratório cidadão*, 2017, Disponível em: <https://pimentalab.milharal.org/2017/12/12/sentidos-de-um-laboratorio-cidadao-por-antonio-lafuente/>.



ESTALELLA, A; ROCHA, J; LAFUENTE, A. *Laboratorios de procomún: experimentación, recursividad y activismo*. Revista Teknokultura, 2013, v. 10, n. 1, pp. 21-48.

SIMONDON, G. *La individuación a la luz de las nociones de forma y de información*. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2015.

_____. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, [1958], 2005.

_____. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, [1958], 2008.

STENGERS, I. *An ecology of practices*. Cultural Studies Review, vol.11, n.1, march, pp.183-196, 2005. Disponível em: <https://epress.lib.uts.edu.au/journals/index.php/csrj/article/view/3459/3597>.

_____. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

